

# Vereadores aprovam auxílio de R\$ 1 mil para vítimas de enchente

Da redação

A Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, por unanimidade, o projeto de lei que cria um auxílio financeiro de R\$ 1 mil, em parcela única, para as famílias de baixa renda que tiveram suas casas alagadas pelo temporal do último domingo (12). O projeto foi enviado em caráter de urgência pelo Executivo Municipal e votado durante sessão extraordinária na tarde de quinta-feira, 16 de janeiro.

O prefeito Abilio Brunini (PL) destacou a necessidade do auxílio para desburocratizar a ajuda, uma vez que o Município está sem contratos para adquirir colchões e alimentos a essas famílias. Ele também agradeceu o empenho dos vereadores pela aprovação do texto.

“Isso traz um pouco de qualidade para poder recomeçar. Aquela pessoa que perdeu o colchão, vai permitir que ela compre um colchão novo. Vai permitir que ela tenha dinheiro para comprar um pouco de alimento e outros pequenos móveis, o que



Rennan Oliveira | Secom Cuiabá

pode ajudar a pessoa a ter um pouco de dignidade na moradia”, disse.

O benefício será destinado às famílias cadastradas pela Defesa Civil e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, priorizando aquelas com maior necessidade. O pagamento

do auxílio será realizado em parcela única, com os recursos provenientes do fundo municipal de emergência, previamente reservado para situações de calamidade pública.

Na terça-feira (14), o prefeito contou que aproximadamente 150

famílias sofreram com a enchente no bairro São Mateus. Abilio disse que as famílias perderam eletrodomésticos e móveis dentro de casa, e que o dinheiro não vai dar para repor esses produtos, mas vai contribuir com o mínimo.

“A Prefeitura está

sem contrato com fornecedores de alimentos para assistência social, então a gente não consegue dar assistência social às pessoas que estão mais vulneráveis, que perderam seus alimentos. Não é um valor tão grande assim, diante da inflação que nós es-

tamos vivendo, no momento que a gente está vivendo”, explicou.

Cuiabá tem sido atingida por fortes chuvas desde o último final de semana. A previsão é que a capital mato-grossense continue com chuvas fortes por mais alguns dias.

## Abilio quer criar lei para emergências em Cuiabá

Da redação

O prefeito Abilio Brunini (PL) falou que deve criar uma lei que prevê situações de emergências em situações de calamidade climática. Nesta segunda-feira, ele anunciou que irá decretar estado de calamidade pública por causa das fortes chuvas que atingiram Cuiabá no domingo, 12 de janeiro.

Neste domingo, a capital registrou estragos após ser atingida por 91 milímetros de chuva. A região mais impactada pelo temporal foi o bairro São Mateus, onde moradores perderam todos os seus móveis.

“Uma cidade que não tem plano emergencial, isso é uma falha. Uma cidade que sofre com chuvas todos os anos, não tem um plano emergencial, isso é uma falha. Porque esse plano já tem

que estar pré-elaborado para ocorrências como essa a gente já ter medidas para socorrer. Já deveria ter uma lei que autorizasse a ter uma medida emergencial em casos de calamidade. Por que, o que ocorre? Daqui a pouco pode ter outro tipo de calamidade não prevista. Isso deveria já ter uma lei prevendo essas circunstâncias”, falou.

Geralmente, o plano emergencial de calamidade é um documento que define as ações a serem tomadas em situações de emergência ou de calamidade pública. A lei deve prever que os estados e municípios possam ter acesso a recursos federais para ações de resposta e recuperação.

Além do decreto de calamidade, o prefeito também pretende criar um auxílio emergencial aos moradores atingidos

pela chuva. Abilio argumenta que conceder o auxílio é uma forma de desburocratizar o processo, uma vez que fazer licitações para adquirir novos bens poderia levar meses, já que a capital não existe uma lei prevê situações de emergências.

Abilio disse que a lei prevê situações de emergências para fortes chuvas e também casos de incêndio, como os que ocorreram no segundo semestre do ano passado.

“A ideia é chegar até o fim desse ano com tudo isso preparado. Ano que vem já tem chuvas no mesmo período, temos que estar preparado sobre isso. Não só sobre chuvas, tem que pensar nas queimadas, tem que pensar nas questões ambientais como um todo e com o que a gente está passando”, disse.



Emanoel Daiane | Secom Cuiabá

## Mauro Mendes quer acelerar obras e entregas

Lucas Cavalcante | SES-MT



Da redação

O governador Mauro Mendes (União) afirmou que vai “acelerar ainda mais” o ritmo das obras e entregas neste ano de 2025, em todas as regiões de Mato Grosso.

Mauro destacou o volume de obras em andamento tanto em Cuiabá quanto no interior do estado.

“Estamos conseguindo manter uma performance de investimentos como nunca antes na história do estado, e conseguindo investir cerca de 20% de tudo o que arrecadamos. É um recorde nacional. Esse ano vou acelerar mais ainda. Já estabelecemos metas, objetivos, exigindo cada vez mais desempenho, pra acelerar porque tem muita coisa boa pra entregar”, disse ele, em entrevista à

rádio CBN Cuiabá, nesta segunda-feira (13.01).

Em Cuiabá, o governador citou o grande volume de obras estruturantes sendo construídas diretamente pelo Governo do Estado.

“O Parque Novo Mato Grosso continua avançando. Temos asfalto em bairros que passamos a fazer porque a prefeitura não fazia. Obras na Miguel Sutil começaram, terminamos as obras no Jardim Industrial. Muitas obras no entorno de Cuiabá, asfaltando a estrada velha da Guia, Coxipó do Ouro. Entregamos o Córrego do Barbado, o COT da UFMT, escolas novas. Temos o Hospital Central na reta final, e o Júlio Muller avançando. Ou seja, nós temos em andamento, sem contar o que já entregamos, mais de R\$ 2,5 bilhões de in-

vestimento em obras em Cuiabá. Isso só de obras em andamento”, frisou.

Esse volume de investimentos, conforme Mauro Mendes, também ocorre em todas as regiões do estado.

“O governo está entregando aí próximo de 1 mil km de rodovias novas asfaltadas todos os anos. Quando pegamos a gestão, tínhamos 6.800 quilômetros de rodovias asfaltadas. E já asfaltamos mais 6.000. Vamos mais que dobrar a quantidade de malha asfaltada nesses oito anos como governador. Na Saúde, temos as reformas e ampliações dos regionais, além dos novos hospitais em Confresa, Juína, Tangará da Serra e Alta Floresta. Já entregamos 100 km de duplicação da BR-163, uma obra espetacular”, destacou.

## EDITORIAL

## Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas riquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse a comunicação, atacando os

mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que respeitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de

soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgressores os verdadeiros inimigos do agro-

negócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão atentos a essa oportunidade e se movem para capturá-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

## A anistia que não deve ser

Ricardo Viveiros (\*)

Existe a proposta de anistiar aqueles que, em 8 de janeiro de 2023, vandalizaram os prédios dos três poderes em Brasília. Tal movimento em busca de perdão para terroristas é não apenas equivocado, mas um verdadeiro atentado ao estado democrático de direito. A Constituição Federal, no artigo 5º, inciso XLIII, é clara: “[...] a prática do terrorismo não é passível de anistia.”. Essa premissa deve ser defendida com tenacidade, pois a anistia que se articula pode abrir perigoso precedente. Além do que, no “passar o pano”, está a intenção de beneficiar o ex-presidente Jair Bolsonaro, indiciado e inelegível.

Em uma democracia, a legitimidade do poder emana do respeito às instituições e à ordem constitucional. Ao conceder perdão a baderneiros, que atacaram símbolos da nossa república, corre-se o risco de legitimar uma cultura de impunidade. A ideia de que ações violentas de golpistas

podem ser relevadas afronta àqueles que lutam pela democracia. Seria um incentivo ao desrespeito às instituições, no qual a desestabilização se torna estratégia viável para aqueles que não aceitam o legítimo resultado das urnas.

A polarização política que permeia nosso país é evidente e danosa. Entretanto, o diálogo e a negociação são sempre preferíveis à violência. A anistia a atos terroristas não apenas deslegitimaria os esforços de pacificação e reconciliação, mas também incentivaria a ocorrência de novos episódios de vandalismo e desrespeito à Constituição. Afinal, se os autores de ações criminosas se sentirem seguros de que não haverá consequências, o ciclo de violência poderá gerar novos eventos, como o recente ataque com bombas ao STF.

O que se espera de um Estado democrático é a proteção de suas instituições, e isso passa pela responsabilização de quem comete crimes. A anistia, portanto, não

representa um gesto de paz, mas sim uma capitulação diante de atos ao arrepio da lei. Não podemos nos esquecer de que o uso da força para derrubar a ordem estabelecida deve ser tratado com rigor, e a impunidade não pode ser a resposta.

É importante criar um ambiente em que as divergências sejam resolvidas por meio do diálogo e da política, e não pela destruição do patrimônio público em nítido recado de repúdio à democracia. Alguns argumentam que a anistia é um caminho para a reconciliação. No entanto, essa abordagem ignora a gravidade dos atos cometidos e o impacto que tiveram sobre a sociedade. A reconciliação verdadeira se baseia no reconhecimento dos erros, na busca pela justiça e na reparação das vítimas. O castigo pune, o arrependimento educa.

A sociedade brasileira precisa ser capaz de distinguir o legítimo exercício da liberdade de opinião do ódio manifestado em nome dela. A anistia a terroristas não é apenas uma

questão legal; é uma questão moral. Devemos nos lembrar das lições do passado e dos riscos que corremos ao minimizar a gravidade de atos irresponsáveis.

O momento é de reafirmar nosso compromisso com a democracia e com a justiça, não apenas em palavras, mas em ações. O respeito às instituições e à lei deve ser inegociável. A anistia não é a resposta; a responsabilidade, sim. Vamos construir um futuro em que a violência não seja a solução, mas, sim e em especial, o respeito mútuo e a efetiva busca pelo desenvolvimento sob o princípio da paz.

\*RICARDO VIVEIROS é jornalista, professor e escritor, é doutor em Educação, Arte e História da Cultura; autor, entre outros livros, de A Vila que descobriu o Brasil, Justiça seja feita e Memórias de um tempo obscuro.



## A distopia do fim do mundo

Lucas Costa Beber (\*)

Recentemente, a mídia nacional noticiou que organizações lançaram um manifesto em defesa da Moratória da Soja, alertando para os supostos riscos de sua extinção. Traduzo para a população: ONGs internacionais emitiram uma nota de repúdio alarmista - como sempre - na tentativa de moldar o discurso em benefício próprio. Segundo elas, o fim do conluio comercial chamado Moratória da Soja representaria o início de uma devastação desenfreada, uma verdadeira “distopia do fim do mundo”. Mas será que essas ONGs, que há décadas manipulam a opinião pública e faturam com a imagem de protetoras da floresta, realmente estão preocupadas com a Amazônia e com quem vive nela?

Convido a sociedade dos estados da Amazônia Legal a refletir: qual dessas ONGs que assinaram a carta de apoio já empregou ou emprega um familiar seu? Quanto desenvolvimento essas organizações geram nas cidades do interior? Qual é o real compromisso delas com as pessoas que vivem na Amazônia? A resposta é óbvia: nenhum. Esses grupos sobrevivem à base de passagens aéreas,

hotéis de luxo, coquetéis e “relationship” com executivos de multinacionais. Na prática, o fim da Moratória da Soja será uma grande perda apenas para o universo paralelo dessas ONGs. Talvez os números de “nem-nem” do IBGE aumentem, mas não por falta de emprego no agronegócio — e sim pela falta de relevância de quem se recusa a fazer a diferença real no mundo, mas adora uma sustentabilidade de PowerPoint.

Enquanto isso, os produtores rurais da Amazônia, que vivem e trabalham dentro da lei, continuam pagando o preço de narrativas distorcidas e de restrições que vão além do que é determinado pelo Código Florestal Brasileiro — reconhecidamente uma das legislações ambientais mais rigorosas do mundo. Durante 18 anos, famílias inteiras foram afetadas por listas negativas arbitrárias, embargos econômicos sem base legal e exclusões impostas por empresas signatárias da Moratória, sem que houvesse qualquer reparação. Nesse período, ONGs e corporações colheram os frutos de uma imagem de “salvadoras da floresta”, enquanto atacavam a soberania nacional e os direitos dos produtores que trabalham sob condições já desafiadoras.

Defender o fim da Moratória não é atacar o meio ambiente

Sim, defendo o fim da Moratória da Soja. Não porque sou contra a preservação ambiental, mas porque a Moratória perpetua uma dívida que não temos. Não devemos nada aos países europeus. Pelo contrário, são eles que têm uma dívida conosco. Criamos quotas de reservas legais e consolidamos áreas de preservação e terras indígenas em dimensões inimagináveis para essas nações. Eles, por outro lado, assumiram o compromisso de apoiar financeiramente a nossa preservação através do Acordo de Paris, mas até agora só lançaram migalhas e ruminaram discursos ofensivos contra o nosso país.

O fim da Moratória pode, sem dúvidas, gerar críticas internacionais, mas toda insurgência contra mentiras estabelecidas provoca reações. Durante quase duas décadas, nossos direitos foram violados, e os ataques não cessaram. Sejam honestos: os próprios defensores da Moratória jamais defenderam nossa sustentabilidade. Pelo contrário, alimentaram o caos do qual dependem para manter suas arrecadações.

Se ONGs e empresas internacionais realmente se preocupassem com o meio ambien-

te, estariam investindo nas pessoas que vivem na Amazônia, gerando oportunidades e combatendo a pobreza. Em vez disso, preferem discursos vazios e grandiosos em conferências internacionais, enquanto ignoram os desafios reais de quem trabalha para produzir alimentos para o mundo.

O que os assusta, na verdade, não é o fim da Moratória, mas a convergência firme e legítima dos esforços dos produtores contra práticas abusivas. É o despertar daqueles que foram subjugados por quase duas décadas, exigindo justiça e respeito. Espero que, daqui para frente, estejamos mais atentos e unidos, para que não demoremos tanto tempo para dar uma resposta àqueles que tentam sufocar nossa economia e tratar nosso povo como cidadãos de segunda classe. Nosso futuro não será mais negociado em jantares de luxo e conferências à custa do nosso povo.

\*LUCAS COSTA BEBER é presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT)



## Brasil precisa acelerar

Fernando Valente Pimentel (\*)

O ano de 2024 deixou um legado misto para a economia brasileira. Por um lado, apresentou resultados positivos concretos: crescimento econômico relevante, mas ainda aquém das nossas necessidades, taxa de desemprego em níveis baixos para nossos padrões, aumento da renda média e avanços na redução das desigualdades sociais. Esta fotografia do momento retrata um país que conseguiu superar diversos desafios e manter sua trajetória de desenvolvimento.

No entanto, o horizonte de 2025 apresenta alguns pontos de atenção. A sustentabilidade fiscal permanece como fonte de preocupação para os mercados, refletindo-se na valorização do dólar e na manutenção de taxas de juros elevadas. As projeções indicam uma desaceleração do aumento do PIB e uma redução no ritmo dos investimentos, sinalizando a necessidade de ações corretivas imediatas.

Nesse contexto, a agenda da Nova Indústria Brasil (NIB) emerge como pauta fundamental para o crescimento sustentável. O fortalecimen-

to da base manufatureira, de modo a aumentar a participação mundial do Brasil no comércio de bens e produtos de maior valor agregado, é essencial para gerar empregos qualificados e reduzir vulnerabilidades externas. A transição energética e a economia verde apresentam oportunidades únicas para o País recuperar seu protagonismo no setor, aproveitando nossas vantagens competitivas em energia limpa e biodiversidade.

Um desafio particularmente grave e urgente é o combate ao crime organizado, que tem demonstrado crescente ousadia e capacidade de articulação. As façanhas não apenas causam perdas irreparáveis de vidas humanas, mas também geram impactos econômicos substanciais, afetando o comércio, o turismo e os investimentos em diversas regiões. A sensação de insegurança e os custos diretos e indiretos da violência representam um pesado fardo para o desenvolvimento nacional, exigindo resposta coordenada e efetiva do Estado em todas as suas esferas.

O cenário internacional adiciona ingredientes de complexidade e incerteza para

2025. Os conflitos mais visíveis entre Rússia e Ucrânia e no Oriente Médio arrastam-se sem perspectiva clara de resolução e continuam impactando as cadeias globais de suprimentos e os preços das commodities. Em paralelo, as crescentes tensões entre China e Estados Unidos - especialmente no campo tecnológico e comercial - geram instabilidade nos mercados internacionais e exigem um delicado exercício de equilíbrio diplomático dos demais países.

A volta de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos é uma nova variável na equação geopolítica global. As incertezas quanto ao posicionamento norte-americano em questões cruciais - desde acordos comerciais até compromissos climáticos - podem afetar significativamente o ambiente do comércio exterior e exigir readaptações nas estratégias diplomáticas e comerciais do Brasil. Tal cenário reforça ainda mais a importância de fortalecermos nossa base industrial e reduzirmos dependências externas estratégicas. Ademais, esse quadro, com potencial aumento expressivo do imposto de importação sobre os produtos chineses por parte dos EUA, levará a desvios de comércio, e o Brasil será um dos estuários desse redirecionamento, com o setor têxtil e de confecção sendo especialmente afetado. Em 2024, por exemplo, a importação de produtos têxteis e confeccionados cresceu seis vezes mais do que a produção e o consumo locais.

O ano de 2025 é decisivo, demandando ação coordenada e determinada em diversas frentes. O desequilíbrio fiscal, a trajetória ascendente da dívida pública e a necessidade de fortalecer a política industrial moderna e competitiva são desafios que precisam ser enfrentados com eficácia e pragmatismo. Não há espaço para procrastinação ou soluções paliativas. O momento exige reformas estruturantes, como a administrativa, que seguiu adormecida em 2024, e medidas efetivas de equilíbrio e bom senso na dosimetria dos juros e política fiscal.

No âmbito político-institucional, enfrentaremos uma agenda intensa no Congresso Nacional e no Poder Judiciário. As decisões tomadas nessas esferas terão impacto direto na capacidade do Brasil de endereçar seus problemas mais urgentes, desde a segurança pública até a manutenção de uma trajetória de

crescimento sustentado e sustentável, passando pela criação de um ambiente favorável aos investimentos produtivos e à inovação tecnológica.

Em paralelo, 2025 coloca o País em posição destacada no cenário internacional. A presidência do BRICS oferece oportunidade única para exercermos liderança em questões globais estratégicas, especialmente em um momento de realinhamento das forças geopolíticas mundiais. Ademais, a realização da COP 30 em Belém do Pará, em novembro, reforça o protagonismo brasileiro nas discussões sobre sustentabilidade e mudanças climáticas, tema que ganha ainda mais relevância diante das incertezas sobre o comprometimento das grandes potências com as metas ambientais do planeta e que pode catalisar nossa reindustrialização verde.

O questionável estigma popular de que o ano brasileiro só começa após o Carnaval precisa ser deixado de lado. Os desafios e oportunidades que se apresentam não podem esperar. É imperativo iniciar 2025 a pleno vapor, com senso de urgência e determinação, mobilizando todos os setores da sociedade e do poder público em torno de uma agenda comum de desenvolvimento e segurança. O País não pode, como consta em conhecido verso de Chico Buarque de Holanda, ficar “se guardando para quando o Carnaval chegar”. É hora de manter a sintonia, a afinação, o ritmo e a harmonia no âmbito das agendas prioritárias.

É premente arregaçar as mangas e trabalhar pela construção do futuro que o Brasil merece, tendo em vista não apenas os desafios domésticos, mas também seu papel em um mundo cada vez mais complexo e interconectado. Um país mais forte industrialmente e em outros segmentos da economia será mais resiliente e capaz de garantir bem-estar e vida melhor para sua população.

\*FERNANDO VALENTE PIMENTEL é o diretor-superintendente e presidente emérito da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).



Jornal  
**IMPRESSO MT**  
FUNDADO EM 2020

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**ENCHENTES EM MT**

Em reunião com prefeitos, governador promete apoio para reconstruir casas e pontes destruídas pelas chuvas em Rio Branco e Salto do Céu

# Governo vai ajudar a reconstruir

**Da redação**

O governador Mauro Mendes (União) anunciou na quinta-feira, 16 de janeiro, que o Governo de Mato Grosso irá ajudar a reconstruir as casas e pontes destruídas pelas fortes chuvas em Rio Branco e Salto do Céu.

As medidas foram confirmadas durante reunião com o deputado estadual Valmir Moretto e os prefeitos Pabollo (Rio Branco) e Mauto Espíndola (Salto do Céu).

“Nós decidimos que vamos apoiar os municípios. Vamos fazer essas pontes e viabilizar a construção dessas 35 casas que foram destruídas. Há algumas casas antigas que estão com obras paradas, da Caixa Econômica, e vou cobrar para que mandem toda a documentação para retomarmos e finalizarmos, de forma a abrigar essas famílias. E enquanto isso, elas vão receber o aluguel social”, explicou o governador.

Desde o início das chuvas, o Governo tem auxiliado as cidades por meio das forças de Se-

gurança, Defesa Civil e Assistência Social, além do trabalho voluntário da primeira-dama Virginia Mendes em prol das famílias.

“O Governo está empenhado em amparar os mato-grossenses que foram vítimas dessas enchentes e hoje passam por um momento de dificuldade. Agradeço a todos que estão colaborando”, relatou Mauro.

O deputado estadual Valmir Moretto destacou que as ações anunciadas pelo governador vão trazer conforto às famílias afetadas.

“Estamos acompanhando de perto essa situação e fiz questão de trazer os prefeitos pra encontrarmos soluções junto ao governador. O Mauro teve grande sensibilidade e nos ajudou a definir a melhor forma de ajuda”, afirmou.

Para o secretário-chefe da Casa Civil, Fábio Garcia, a prontidão em receber e trazer soluções para essa situação está fazendo toda a diferença para minimizar o impacto aos municípios.

“Hoje organizamos uma reunião com os



Mauro prometeu apoio para reconstrução de pontes e de 35 casas destruídas pelas enchentes

prefeitos para saber as demandas destas cidades. Eles foram prontamente atendidos e agora o Estado irá trabalhar para poder agilizar essas ações, visando que a população possa voltar à normalidade o mais rápido possível”, disse.

De acordo com o prefeito Pabollo, de Rio

Branco, essas ações são fundamentais para ajudar as famílias a se erguerem.

“Nos sentimos abraçados pelo Governo do Estado, que de pronto está dando toda a assistência para as famílias do nosso município. A população só tem a agradecer”, relatou.

O prefeito Mauto Espíndola, de Rio Branco, pontuou que a enchente foi “terrível” e o apoio do Governo é imprescindível para que as pessoas afetadas possam retomar suas vidas.

“Quero agradecer imensamente ao governador, toda a equipe dele, Defesa Civil, Cor-

po de Bombeiros, Polícia Militar, todos que contribuíram ali em Salto do Céu. Agradecer a primeira dama, a Dona Virginia também, que tem feito uma ação muito boa lá no município, com cestas básicas, caixa d'água e assim sucessivamente. Muito obrigado a todos”, completou.

**CÂMERAS NAS FARDAS**

## O governador Mauro sugere 'filmagem todo mundo'

Gilberto Leite



Mauro diz que concordaria com câmeras nas fardas se também filmasse políticos, juizes e membros do MP

**Da redação**

Ao defender a não colocação de câmeras nas fardas dos policiais de Mato Grosso, o governador Mauro Mendes (União) disse que concordaria em adotar a medida se também pudesse colocar câmeras nos políticos, juizes, desembargadores e membros do Ministério Público.

“Quando a gente discute [o tema] câmeras em fardas, eu falo: 'eu concordo'. Só que, nós vamos botar câmeras porque um ou dois policiais, ou 1% ou 2% cometem alguma coisa errada, vamos colocar câmeras em todo mundo pra vigiar todo mundo. Então tá bom, vamos colocar câmeras em todos

os políticos, em todos os governadores, em todos os prefeitos, em todos os deputados estaduais. Ei, tem juiz que vende sentença, que foi flagrado vendendo sentença. Tem desembargador vendendo sentenças, tem gente do Ministério Público... então, vamos colocar câmeras em todo mundo também”, disparou.

A fala gerou uma reação rápida de membros do Poder Judiciário. Ainda na quarta, a Associação Mato-Grossense de Magistrados (Amam) divulgou nota de repúdio, dizendo que tomará providências judiciais cabíveis.

“Tais afirmações são inaceitáveis e representam um grave desrespeito ao Poder Judiciário

e aos agentes que diariamente trabalham para garantir a aplicação justa das leis e a manutenção do Estado de Direito. Comparar a atuação dos policiais com a de juizes e desembargadores ao mencionar casos de venda de sentença, a declaração foi não apenas infundada, como também lamentavelmente ofensiva a toda a classe jurídica e distorceu o propósito da justiça”, diz trecho da nota.

Mais cedo, o presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), desembargador José Zúquim Nogueira, também repudiou a fala de Mauro.

A fala de Mauro foi em resposta à sugestão de implantar câmeras nas fardas dos policiais mi-

litares para coibir casos de abuso de autoridade, além de frear os casos de morte por intervenção policial.

Mendes não mentiu. De fato, o TJMT tem hoje dois desembargadores afastados de suas funções por fortes indícios de venda de sentença. Trata-se dos magistrados João Ferreira Filho e Sebastião Moraes, apontados por negociarem decisões com o advogado Roberto Zampieri, assassinado em dezembro de 2023. O caso é investigado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também apura a suspeita de esquema semelhante no TJ de Mato Grosso do Sul e até no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**OPERAÇÃO SODOMA**

## STF nega suspeição tardia de Selma Arruda

**Gabriel Soares**

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou conhecer um recurso impetrado pela defesa do ex-secretário Marcel de Cursi, que comandou a Secretaria de Fazenda (Sefaz) durante o governo Silval Barbosa. Cursi é um dos alvos da Operação Sodoma, da Polícia Civil, que apura suposta fraude de R\$ 15 milhões. A decisão é da última sexta-feira, 10 de janeiro.

No recurso, Cursi buscava anular todas as fases da Operação Sodoma, argumentando a suspeição da juíza aposentada Selma Arruda, que conduziu o processo na Sétima Vara Criminal de Cuiabá. O ex-secretário fez o mesmo pedido ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) anteriormente, mas teve seu ha-

beas corpus rejeitado em decisão monocrática.

Na decisão, Fachin enfatizou que o ex-secretário tentou cometer uma “dupla supressão de instância”, pois recorreu ao Supremo para contestar decisão monocrática de uma instância inferior. Ocorre que, no ordenamento jurídico, é necessário que o habeas corpus seja analisado por um órgão colegiado antes de recorrer às instâncias superiores.

“Sob essa perspectiva, não se inaura a competência do Supremo Tribunal Federal nas hipóteses em que, como in casu, não esgotadas quaisquer das jurisdições antecedentes, visto que tal proceder acarretaria indevida dupla supressão de instância”, diz trecho da decisão.

Fachin também aponta na decisão que a defesa do ex-secretá-

rio não articulou minuciosamente os pontos que pretendia contestar, se limitando a repetir os termos de petições anteriores.

“A ausência de impugnação específica a todos os fundamentos empregados na decisão arrostada conduz à imediata e integral incognoscibilidade do recurso, por violação ao princípio da dialeticidade recursal”, apontou.

“Dessarte, com fulcro nos arts. 21, §1º, e 192, ambos do RISTF, não conheço do presente recurso ordinário em habeas corpus”, concluiu.

Cursi alegava que Selma “confessou”, em depoimento ao STJ, ter realizado a inquirição de um colaborador premiado, João Batista Rosa, antes de receber a denúncia do Ministério Público Estadual. A defesa argumentou

que essa conduta viola o princípio acusatório, que proíbe juizes de assumirem funções típicas de investigadores.

**OPERAÇÃO SODOMA**  
Deflagrada em setembro de 2016, a Operação Sodoma cumpriu 6 mandados de prisão contra ex-membros da gestão Silval Barbosa, entre eles o próprio ex-governador e o ex-secretário. A operação investigava o desvio de R\$ 15 milhões dos cofres públicos por meio da desapropriação de um terreno no bairro Jardim Liberdade, em Cuiabá.

Conforme a investigação, a desapropriação teria custado R\$ 31,7 milhões aos cofres do Estado, mas 50% desse valor, cerca de R\$ 15,8 milhões, retornaram para a quadrilha através de uma empresa de assessoria e organização de eventos.



Cursi buscava anular todas a Operação Sodoma, que o prendeu por suspeita de fraude de R\$ 15 milhões

## GUERRA ÀS FACÇÕES

Governador critica existência de mercados nos presídios de MT e diz que líder do CV lucrava até R\$ 70 mil por mês com as vendas

## "Mercadinho só complica a prisão"



Gilberto Leite

Mauro adiantou que a Secretaria de Segurança já deu um parecer favorável ao projeto

## Da redação

O governador Mauro Mendes (União) acredita que a existência de "mercadinhos" nas unidades prisionais do Estado prejudica o sistema de segurança pública. Na semana passada, Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) aprovou um projeto de lei que endurece a fiscalização e funcionamento de mercados e cantinas nos presídios.

Apesar de o projeto ter sido apresentado pelo Executivo, o texto recebeu um substitutivo integral durante a tramitação na Assembleia Legislativa, pois os deputados resolveram ouvir recomendações do desembargador Orlando Perri e fazer os ajustes necessários na matéria.

Conforme o projeto, a comercialização de produtos e objetos permi-

tidos e não fornecidos pela direção da penitenciária deverá ser gerida pelos Conselhos da Comunidade, que ordenará de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pelo Estado.

Apesar de citar o artigo 20 da lei, o governador deixou de acrescentar que o PL autoriza o funcionamento do comércio em presídios.

"Devem ser encerradas imediatamente todas as atividades de comércio, com remoção de todas as estruturas que servem como cantinas, mercadinhos e similares que não estiverem em consonância com o disposto nesta lei", consta na mensagem.

Aos jornalistas, Mauro não confirmou se irá

vetar o texto e disse que ainda irá analisá-lo. Porém, adiantou que a Secretaria de Estado de Segurança já deu um parecer favorável ao projeto, sinalizando que os principais objetivos foram atingidos. Ele ainda citou que há uma decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para extinguir os 'mercadinhos' das unidades prisionais.

"Tenho um parecer favorável, o mercadinho não ficou liberado, conforme o artigo 20 da lei. A opinião minha e do Executivo é que é desnecessário esse mercadinho que só complica a própria operacionalidade do sistema de segurança pública. Vou esperar chegar a lei [para avaliar]. Existe uma decisão do CNJ que está proibido e tem que encerrar. Vai criar problemas para nós administrarmos depois,

não precisamos criar problemas para resolvermos depois, isso só vai dar confusão como deu até hoje", afirmou.

Mauro havia enviado um projeto de lei à ALMT pedindo a extinção dos mercadinhos, porém após uma articulação do desembargador Orlando Perri, supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF-MT), os deputados votaram por regulamentar os empreendimentos, entretanto, com mudança nas regras de seu funcionamento.

Por fim, Mauro lembrou que o líder do Comando Vermelho, "Sandro Louco", confessou em depoimento que recebia R\$ 70 mil por mês com as vendas em seu mercadinho na Penitenciária Central do Estado (PCE).

## QUEIMA DE ESTOQUE

## Janeiro tem descontos de até 70% no comércio

## Da redação

Depois do ritmo acelerado do Natal, o comércio aproveita o mês de janeiro para aquecer vendas com as tradicionais promoções. A notícia é boa pro consumidor, que se beneficia com os preços mais baixos. Mas para os empresários, o início de ano é pautado pelo planejamento.

"É o momento de renovar os estoques e planejar o ano seguinte. A palavra-chave é criatividade", analisa o presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Cuiabá (CDL Cuiabá), Júnior Macagnam.

"A inflação está controlada, com previsão de ficar abaixo de 5% neste ano, cujo crescimento está estimado em 3,7% para Mato Grosso. Ou seja, há espaço para otimismo, mas é preciso muito planejamento estratégico para aproveitar as oportunidades", afirma Macagnam.

Os descontos podem chegar a 70%. Cada empresário utiliza o que tem para atrair consumidores. Estratégias como o desconto progressivo, que aumenta à medida que o cliente compra mais produtos, são eficazes para fidelizar e incentivar compras adicionais sem comprometer a margem de lucro. Outra abordagem inclui combos atrativos, como "pague um e leve dois", que tornam a oferta ainda mais chamativa.

**CAPACITAÇÃO** - Comerciante desde 2017, Andreia Cruz tem três lojas de aromatizadores, perfumes e cosméticos em Cuiabá e aproveita o mês de janeiro para "olhar para dentro". "Em um cenário onde o e-commerce está cada vez mais competitivo, o atendimento personalizado ganha relevância", justifica ela, que programou ações de capacitação de colaboradores para esse período.

Além disso, Andreia investiu em marketing digital, com ações criativas nas redes sociais, campanhas de e-mail marketing e uso do WhatsApp para manter os clientes engajados.

"Para incentivar as compras, ofertamos cashback e cupons de desconto, porque reforçam o vínculo com os consumidores. Também fazemos parcerias com influenciadores locais para aumentar o alcance da nossa marca", conta.

**INOVAÇÃO**  
A empresária Maria Carmen Volpato tem sete lojas em Cuiabá e Várzea Grande e trabalha com franquias diversificadas há 15 anos. Partindo da sua experiência, ela lista o que não pode faltar para que janeiro seja um mês de boas vendas.

"Liquidação e saldos estratégicos são fundamentais para abrir espaço no estoque para as novas coleções. A venda de combos e de descontos progressivos



Gilberto Leite

Comércio aproveita o mês de janeiro para aquecer vendas com as tradicionais promoções

também dá muito resultado", sugere.

O contato mais próximo com o cliente, sem a correria do Natal, pode e deve ser aproveitado para investir no atendimento personalizado, revela a empresária.

"Quando conseguimos criar uma conexão maior com o cliente, a venda se torna uma parceria, e essa relação fortalece as vendas. O consumidor contemporâneo busca conveniência e quer cada vez mais

fluidez na sua jornada de compra", observa. Por isso, ela busca inovar, seja renovando produtos, criando experiências diferentes nas lojas ou investindo no marketing mais personalizado.

## POPULAÇÃO IMUNIZADA

## Todas as vacinas básico estão com estoques abastecidos

## Da redação

O Ministério da Saúde enviou 100% da demanda de imunizantes apresentada pelos estados no último mês. Todas as vacinas do calen-

dário básico estão com estoques abastecidos. A proteção da população é uma das pautas prioritárias do governo federal, que em 2023 lançou o Movimento Nacional pela Vacinação enquanto

estratégia de retomada das coberturas vacinais, que apresentavam queda desde 2016. Desde então, a tendência é de crescimento. Em 2024, até novembro, o Brasil registrou aumento na

cobertura de 15 das 16 vacinas do calendário infantil. Dessas, 12 ultrapassaram o percentual de 2023.

Segundo o novo painel de distribuição, entre 2023 e 2024, foram enviadas mais de 604 milhões de doses a todos os estados. Desse total, 12,3 milhões foram enviadas para Mato Grosso. Somente no ano passado, 3,1 milhões de doses foram aplicadas na população do estado. O painel é interativo e possui dados detalhados sobre o número de doses de todos os tipos de vacinas distribuídas pelo governo federal. Lançada em dezembro de 2024, a plataforma fortalece a gestão tripartite do Sistema Único de Saúde (SUS) e reafirma o compromisso com a transparência.

A nova ferramenta marca mais um passo na consolidação de políticas

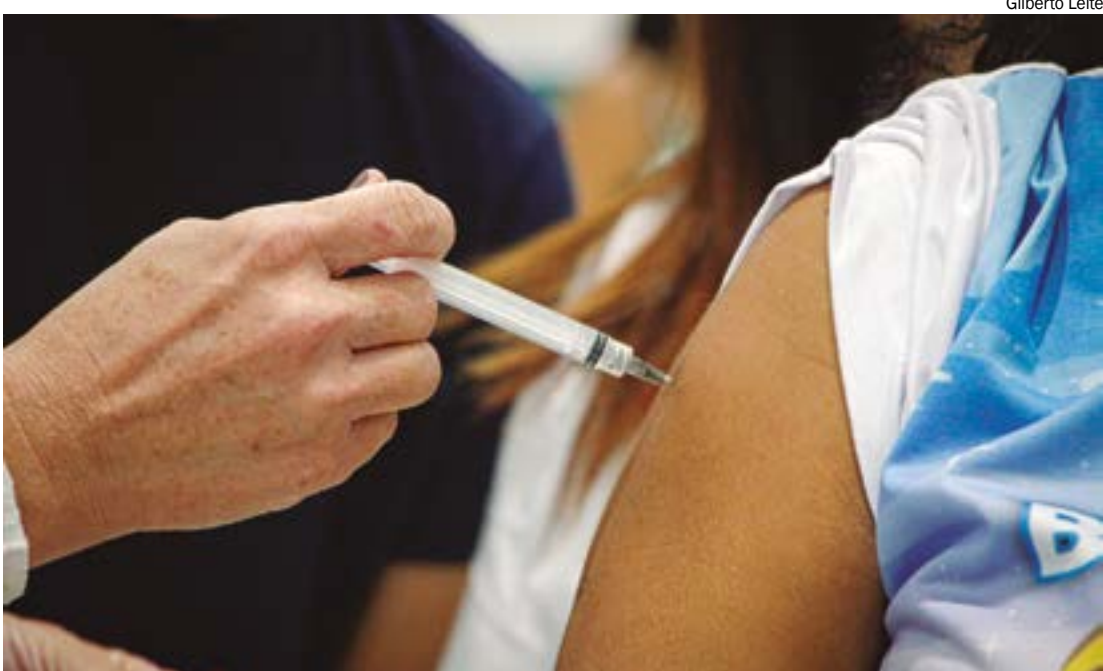
públicas voltadas para a imunização no Brasil, um dos maiores desafios logísticos do mundo, devido às dimensões continentais do país. Anualmente, são distribuídas cerca de 300 milhões de doses de vacinas para todos os 5.570 municípios brasileiros por meio do PNI. Esse é um processo logístico que exige planejamento detalhado, gestão eficiente e transparente para superar desafios impostos pela extensão territorial e diversidade do Brasil.

"O processo de logística é complexo. Trabalhamos em parceria com os estados, que fazem a distribuição aos municípios. Apesar dos desafios, conseguimos enviar todas as grades de vacinas do calendário básico no mês de dezembro. Temos estoques garantidos, como é o caso das

vacinas de meningite e coqueluche, com reservas para atender a demanda dos próximos seis meses", explica o diretor do Departamento do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Eder Gatti.

Em 2023, o Ministério da Saúde retirou o sigilo dos estoques e dos descartes de vacinas e outros insumos. Mais de 12,3 milhões de doses de vacinas que seriam perdidas foram utilizadas e, com isso, foi evitado um desperdício de quase R\$ 252 milhões.

Em 2024, a pasta anunciou mais de R\$ 7 bilhões dentro do Plano de Vacina para 2025, sem contar eventuais novas incorporações. O orçamento permite a compra de pelo menos 260 milhões de doses, garantindo o abastecimento em todo o território nacional.



Gilberto Leite

Em 2024, até novembro, Brasil registrou aumento na cobertura de 15 das 16 vacinas do calendário infantil